

MEX-17 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

Edital 32/2025

Informações Básicas

| | | |
|-------------------------|---|---------------------------|
| Número do artefato UASG | Editado por | Atualizado em |
| 32/2025 | 160131-MEX-17 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO JONATHAN MEDINA RAMOS | 20/05/2026 15:33 (v 0.16) |
| Status | | |
| CONCLUIDO | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | | 64686.0098.06/2025-41 |

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90012/2025

CONTRATANTE (UASG)

(160131)

OBJETO

Eventual aquisição de material de consumo/permanente para emprego em Operações da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para atender às necessidades do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado e do GCALC da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.422.364.79.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/06/2026 às 09hs (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item.

Modo de disputa:

aberto.

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM.

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO.



MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO
17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO
(9º Regimento de Cavalaria Ligeira/1888)

REGIMENTO SOLON RIBEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025.

(Processo Administrativo nº 64686.009806/2025-41)

Torna-se público que o 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado, por meio do Setor de Aquisição, Licitação e Contratos(SALC), sediado na Rua General Osorio, s/n, Vila Jardim Pandui, Amambai-MS, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a eventual aquisição de material de consumo/permanente para emprego em Operações da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para atender às necessidades do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado e do GCALC da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis

trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

- 5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor unitário e total do item;
 - 6.1.2. marca;
 - 6.1.3. fabricante;
 - 6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o proposta no termo de referência.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$00,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.20.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.20.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.22.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas brasileiras;

7.24.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital, desde que comprovado a sua autenticidade.

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10 A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02(duas) horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.29. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10(dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10dez dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10(dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias uteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: e-mail: salc17rcmec@gmail.com.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I Tabela Anexo ao TR(itens);

16.11.1.2. Apêndice do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO AUGUSTO DA CAS PORTO

Autoridade competente

PEDRO AUGUSTO DA CAS
PORTO:95115692015

Assinado de forma digital por
PEDRO AUGUSTO DA CAS
PORTO:95115692015
Dados: 2026.05.20 16:49:23 -04'00'

MEX-17 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

Termo de Referência 18/2026

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|---|---------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 18/2026 | 160131-MEX-17 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO | EDUARDO SILVA LEITE | 19/05/2026 16:59 (v 0.9) |
| Status | | | |
| CONCLUIDO | | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | | 64686.009806/2025-41 |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. aquisição de material de consumo/permanente para emprego em Operações da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), visando atender as necessidades do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado e GCALC da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, nos termos da TABELA ANEXO com os itens e suas respectivas quantidades, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 01(um) ano contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Os seguintes itens são para cota reservada: 146 ao 153.

1.6. Os itens 124 e 148 não se enquadram como bens de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), tendo em vista que sua finalidade predominante é de natureza audiovisual, não estando relacionados, de forma principal, às funções de processamento de dados, armazenamento de informações ou infraestrutura de rede. Dessa forma, os referidos itens não se caracterizam como soluções de TIC, razão pela qual não se submetem às disposições específicas aplicáveis às contratações dessa natureza.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000201/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 09/05/2024;

III) Id do item no PCA: 571,572, 573, 574 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 1096,1077;

VI) Classe/Grupo: 8540, 9999, 8415;

V) Identificador da Futura Contratação: 160131-4/2025, 160131-22/2025,160131-9/2025.UASG 160131

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. O Estudo Técnico Preliminar desta contratação prevê que a contratada se atente ao cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais; bem como outras orientações importantes extraídos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Na presente contratação não há vedação de marca/produtos.

Da exigência de amostra

4.4. Na presente contratação não serão exigidas amostras.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Na presente contratação não será exigido carta de solidariedade

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.8. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.8.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.8.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.8.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pela empresa contratada, em remessa única, no seguinte endereço;

5.1.1. 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado – 17º R C Mec

Rua Gen. Osório, s/n – Bairro Panduí – Amambai – MS – CEP: 79992-200, de segunda-feira à quinta-feira, das 08:00h - 12:00h / 13:30h -17:00h e na sexta-feira das 08:00h - 12:00h (horário local).

5.1.2. Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – 4º Bda C Mec

Avenida Guaicurus, nº 8000 – Caixa Postal 558 – CEP: 79823-900 – Dourados – MS, de segunda-feira à quinta-feira, das 08:00h - 12:00h/ 13:30h - 17:00h e na sexta-feira das 08:00h - 12:00h (horário local).

5.1.3. 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada – 4ª Cia Eng Cmb Mec

Rua Ten Ary Rodrigues, nº 252 – Centro – Jardim – MS – CEP: 79240-000, de segunda-feira à quinta-feira, das 08:00h - 12:00h / 13:30h -17:00h e na sexta-feira das 08:00h - 12:00h (horário local).

5.1.4. 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado – 10º R C Mec

Praça Cmt Pedro Rufino, nº 627 – Centro – Bela Vista – MS – CEP: 79260-000, de segunda-feira à quinta-feira, das 08:00h - 12:00h / 13:30h - 17:00h e na sexta-feira das 08:00h - 12:00h (horário local).

5.1.5. 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado – 11º R C Mec

Praça Duque de Caxias, s/n – Centro – Ponta Porã – MS – CEP: 79904-690, de segunda-feira à quinta-feira, das 08:00h - 12:00h / 13:30h- 17:00h e na sexta-feira das 08:00h - 12:00h (horário local).

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12(doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (xxxxx)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos

seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15(quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1 o prazo de validade;

8.12.2 a data da emissão;

8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5 o valor a pagar; e

8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE, calculado “pro rata tempore”.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será realizado em entrega única, de forma integral, após o recebimento da Nota de Empenho pela contratada, observados os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência. Havendo necessidade de parcelamento da entrega dos materiais, a contratada será previamente comunicada pela Administração, observadas as condições operacionais e o interesse público.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços na tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.09. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10 (dez)% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. A exigência de qualificação econômico-financeira tem por finalidade assegurar que a futura contratada possua capacidade econômica mínima para cumprir adequadamente as obrigações decorrentes da contratação, reduzindo os riscos de inadimplemento, paralisação do fornecimento e prejuízos à Administração. A medida encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, constituindo mecanismo legítimo de mitigação de riscos contratuais e de proteção ao interesse público, especialmente considerando a necessidade de garantir a regular execução do objeto, a continuidade do fornecimento e a capacidade da contratada de suportar os custos operacionais inerentes à execução contratual. As exigências estabelecidas observaram os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, restringindo-se ao mínimo necessário para aferição da saúde financeira da licitante, sem comprometer a competitividade do certame.

Qualificação Técnica

9.31. Não será exigido Qualificação Técnica.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou

da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$3.422.364,79** (três milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos.), conforme custos unitários apostos na **tabela contida em anexo**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da disponibilidade orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou do instrumento substitutivo do contrato.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3. O aceite do instrumento

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da

entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025

20 de 23

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho ;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes .

5.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

5.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

5.5. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.6.3. Indenizações e multas.

5.7. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025

22 de 23

5.8. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei 6.1. Os casos nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal na Rua Baltazar Saldanha, 1917 - Jardim Ipanema, Ponta Porã - MS , 79900-000, Seção Judiciária da 5ª Subseção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento,.....(identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº/20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
ALCIONE GILBERTO VIANA RODRIGUES
Data: 20/05/2026 09:43:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALCIONE GILBERTO VIANA RODRIGUES

Chefe do Almox

MIQUEIAS ANDRADE
Assinado de forma digital
por MIQUEIAS ANDRADE
SILVA:07629616511
Dados: 2026.05.1916:21:16-0300'

MIQUEIAS ANDRADE SILVA

Equipe de apoio

EDUARDO SILVA
LEITE:073065191

Assinado de forma digital
por EDUARDO SILVA
LEITE:07306519166
Dados: 2026.05.19
17:00:20-03'00'

66

EDUARDO SILVA LEITE

Equipe de apoio

TABELA DOS ITENS (ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA)

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | CATMAT | 17 RC Mec | 4 Cia e emb mec | 4 Bda Cmec | 11 RC Mec | 10 RC Mec | TOTAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|------------------------|--------|-----------|-----------------|------------|-----------|-----------|-------|----------------|---------------|
| 1 | FILME DE ACETATO TRANSPARENTE EM BOBINA: ACETATO, TRANSPARENTE, LARGURA: 120 CENTÍMETROS (CM) OU 1,20 METROS (M), COMPRIMENTO: 5 METROS (MTS), ESPESSURA: 0,20 MILÍMETROS (MM) OU 200 MICRAS. | ROLO DE 50 METROS | 267608 | 50 | 4 | 40 | 100 | 32 | 226 | R\$ 194,80 | R\$ 44.024,80 |
| 2 | ALGEMA : ALGEMA, MATERIAL AÇO CARBONO AISI 1020, TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO, APLICAÇÃO PULSO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM DOBRADIÇA, TRAVA E PORTA ALGEMAS | Und | 344754 | 60 | 5 | 40 | 50 | 100 | 255 | R\$ 211,43 | R\$ 53.914,65 |
| 3 | APITO TRÁFEGO: APITO TRÁFEGO, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, TAMANHO OFICIAL | Und | 238794 | 50 | 20 | 70 | 30 | 32 | 202 | R\$ 35,90 | R\$ 7.251,80 |
| 4 | BANDOLEIRA: BANDOLEIRA, MATERIAL NÁILON, COR VERDE-OLIVA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 3 PONTOS E OMBREIRA | Und | 376320 | 40 | 100 | 80 | 200 | 48 | 468 | R\$ 44,24 | R\$ 20.704,32 |
| 5 | BANDOLEIRA: BANDOLEIRA, MATERIAL NÁILON, COR PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 PONTO, PASSADORES ACW, CABO ELÁSTICO, TRAVA, LARGURA 1 1/2 POL | Und | 388553 | 40 | 100 | 60 | 200 | 48 | 448 | R\$ 37,91 | R\$ 16.983,68 |
| 6 | BANDOLEIRA: BANDOLEIRA, MATERIAL NÁILON, APLICAÇÃO TRANSPORTE FUZIL FAL M964, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 PONTOS, GANCHOS METÁLICOS | Und | 463059 | 40 | 20 | 50 | 200 | 48 | 358 | R\$ 30,00 | R\$ 10.740,00 |
| 7 | BARBANTE ALGODÃO: BARBANTE ALGODÃO, QUANTIDADE FIOS 4 UN, ACABAMENTO SUPERFICIAL CRÚ Rolo de 1kg | ROLO 1 kg | 206997 | 50 | 10 | 110 | 30 | 15 | 215 | R\$ 23,50 | R\$ 5.052,50 |
| 8 | SINALIZADOR TRÂNSITO: SINALIZADOR TRÂNSITO, MATERIAL CORPO PLÁSTICO RESISTENTE, TIPO BARREIRA HORIZONTAL, COMPRIMENTO 80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RETRÁTIL, PANTOGRAFICO, COR LARANJA, ALTURA 1,10 M (COTA PRINCIPAL) | Und | 464833 | 30 | 5 | 20 | 20 | 0 | 75 | R\$ 890,00 | R\$ 66.750,00 |
| 9 | SINALIZADOR TRÂNSITO: SINALIZADOR TRÂNSITO, MATERIAL CORPO POLIETILENO, TIPO BARREIRA PLÁSTICA, COMPRIMENTO 1 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONFORME MODELO DO ÓRGÃO, ALTURA 55 CM, LARGURA 0,50 M. (COTA PRINCIPAL) | Und | 457695 | 30 | 0 | 30 | 0 | 32 | 92 | R\$ 769,00 | R\$ 70.748,00 |
| 10 | SINALIZADOR TRÂNSITO: SINALIZADOR TRÂNSITO, MATERIAL CORPO PLÁSTICO, TIPO BARREIRA VERTICAL, DIÂMETRO 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 3 FAIXAS REFLETIVAS, COR LARANJA, ALTURA 1,15 M | Und | 411811 | 30 | 5 | 30 | 30 | 32 | 127 | R\$ 279,77 | R\$ 35.530,79 |
| 11 | BASTÃO POLICIAL RETRÁTIL: MATERIAL: POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, TIPO TONFA COM FORMATO RETO EXPANSÍVEL (RETRÁTIL), COM EMPUNHADURA ERGONÔMICA, TRATAMENTO ANTIDERRAPANTE, COM SISTEMA DE TRAVAMENTO POR FRICÇÃO OU MECÂNICO QUANDO ESTENDIDO, COMPRIMENTO DE 60 CM QUANDO ABERTO. | Und | 602609 | 60 | 5 | 45 | 30 | 32 | 172 | R\$ 168,00 | R\$ 28.896,00 |
| 12 | SINALIZADOR TRÂNSITO: SINALIZADOR TRÂNSITO, MATERIAL CORPO PLÁSTICO RESISTENTE, TIPO BASTÃO, ALIMENTAÇÃO BATERIA AUTONOMIA MÍNIMA 300 HORAS, COMPRIMENTO APROXIMADAMENTE DE 55 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FUNÇÃO PISCA/FIXA/LANTERNA/CABO EMBORRACHADOCOR- | Und | 327575 | 50 | 100 | 120 | 30 | 10 | 310 | R\$ 51,01 | R\$ 15.813,10 |
| 13 | BASTÃO SINALIZADOR: BASTÃO SINALIZADOR, TIPO LUZ QUÍMICA, COMPRIMENTO 15 CM, COR VARIADA, DURAÇÃO 12 H, APLICAÇÃO SINALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NOTURNAS EMBALAGEM COM 4 UNIDADES | EMBALAGEM C/4 UNIDADES | 480024 | 200 | 80 | 300 | 100 | 200 | 880 | R\$ 37,00 | R\$ 32.560,00 |
| 14 | BASTÃO SINALIZADOR: BASTÃO SINALIZADOR, TIPO LUMINOSO, COMPRIMENTO 6 POL, COR VERMELHA/VERDE/ BRANCA, DURAÇÃO 12 H, APLICAÇÃO SOCORRO E SALVAMENTO EMBARCAÇÕES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS QUÍMILUMINESCENTE, A PROVA D'ÁGUA E AUTO-CONTIDO | Und | 295472 | 200 | 10 | 150 | 30 | 10 | 400 | R\$ 19,90 | R\$ 7.960,00 |
| 15 | BOLSA TRANSPORTE: BOLSA TRANSPORTE, MODELO TELADA, APLICAÇÃO USO GERAL, DIMENSÕES 93 X 25 X 30 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TELA DRENANTE NAS LATERAIS, MATERIAL NAILON DEALTA RESISTÊNCIA | Und | 606293 | 10 | 6 | 14 | 15 | 5 | 50 | R\$ 141,00 | R\$ 7.050,00 |
| 16 | BOLSA: BOLSA, MATERIAL CORDURA, APLICAÇÃO GUARDA DE MATERIAL DE PRIMEIROS-SOCORROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DIVISÓRIAS TIPO COLMEIA/POCHETE FIXADA COM VELCRO, TIPO MOCHILA COM 4 BOLSOS, ALÇAS PARA MÃOS E OMBRO, DIMENSÕES 35 X 50 X 25 CM | Und | 601573 | 10 | 10 | 15 | 50 | 5 | 90 | R\$ 275,16 | R\$ 24.764,40 |
| 17 | BOLSA: BOLSA, MATERIAL POLIÉSTER, APLICAÇÃO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (APH), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IMPERMEÁVEL, ZÍPER, FORRO PVC, ACABAMENTO POL POL I, TIPO MOCHILA, DIMENSÕES 30 X 38 X 15 CM | Und | 601572 | 10 | 6 | 20 | 50 | 5 | 91 | R\$ 236,00 | R\$ 21.476,00 |
| 18 | BOMBONA: BOMBONA, CAPACIDADE 20 L, MATERIAL PLÁSTICO, DIMENSÕES 51 CM X 36,50 CM, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO ÁGUA E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM TAMPA | Und | 481091 | 20 | 6 | 15 | 20 | 10 | 71 | R\$ 50,00 | R\$ 3.550,00 |
| 19 | BOMBONA: BOMBONA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 ALÇAS NA PARTE SUPERIOR, TAMPA REMOVÍVEL, TORNE I, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 50 L, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO ÁGUA E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, COR BRANCA | Und | 465988 | 20 | 60 | 13 | 20 | 10 | 123 | R\$ 110,00 | R\$ 13.530,00 |
| 20 | BRINQUEDO EM GERAL: BRINQUEDO EM GERAL, MATERIAL VINIL, TIPO BONECO, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MEMBROS ARTICULADOS, OLHOS MÓVEIS, CABELO, DIMENSÕES 30 CM, COMPONENTES MACACÃO, MEIAS E TÊNIS | Und | 476011 | 50 | 0 | 0 | 20 | 0 | 70 | R\$ 58,50 | R\$ 4.095,00 |
| 21 | BRINQUEDO EM GERAL: BRINQUEDO EM GERAL, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO CARRO, COR MULTICOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 30 CM, COM SELO DE SEGURANÇA INMETRO, MATERIAL BASERODAS DE PLÁSTICO COM EIXO DE FERRO | Und | 306598 | 50 | 0 | 0 | 20 | 0 | 70 | R\$ 49,98 | R\$ 3.498,60 |
| 22 | BÚSSOLA NAVEGAÇÃO: BÚSSOLA NAVEGAÇÃO, MATERIAL ALUMÍNIO, MODELO BRUNTON, TIPO PRECISÃO | Und | 462134 | 20 | 40 | 10 | 10 | 20 | 100 | R\$ 400,00 | R\$ 40.000,00 |
| 23 | TINTA PINTURA FACIAL: TINTA PINTURA FACIAL, COR VARIADA, TIPO TINTA DE CAMUFLAGEM MILITAR COM ESPELHO CAMUFLAGEM. CARACTERÍSTICAS | Und | 295674 | 350 | 50 | 250 | 200 | 342 | 1192 | R\$ 57,94 | R\$ 69.064,48 |
| 24 | CANETA RETROPROJETOR: BASE ALCOOL, SECAGEM RÁPIDA, RESISTENTE A ÁGUA, ESCRITA EM TRANSPARÊNCIAS (ACETATO/FILME), PLÁSTICO, METAL, VIDRO E OUTRAS SUPERFÍCIES NÃO POROSAS, ESPESSURA DA PONTA: 2.0 MILÍMETROS (MM) OU "PONTA MÉDIA", COR DA TINTA: AZUL, EMBALAGEM TIPO CAIXA/BLISTER COM 12 UNIDADES. | CAIXA COM 12 UND | 354898 | 200 | 50 | 80 | 50 | 40 | 420 | R\$ 58,90 | R\$ 24.738,00 |
| 25 | CANETA RETROPROJETOR: BASE ALCOOL, SECAGEM RÁPIDA, RESISTENTE A ÁGUA, ESCRITA EM TRANSPARÊNCIAS (ACETATO/FILME), PLÁSTICO, METAL, VIDRO E OUTRAS SUPERFÍCIES NÃO POROSAS, ESPESSURA DA PONTA: 2.0 MILÍMETROS (MM) OU "PONTA MÉDIA", COR DA TINTA: VERMELHA, EMBALAGEM TIPO CAIXA/BLISTER COM 12 UNIDADES. | CAIXA COM 12 UND | 354898 | 200 | 30 | 80 | 50 | 25 | 385 | R\$ 58,90 | R\$ 22.676,50 |
| 26 | CANETA RETROPROJETOR: BASE ALCOOL, SECAGEM RÁPIDA, RESISTENTE A ÁGUA, ESCRITA EM TRANSPARÊNCIAS (ACETATO/FILME), PLÁSTICO, METAL, VIDRO E OUTRAS SUPERFÍCIES NÃO POROSAS, ESPESSURA DA PONTA: 2.0 MILÍMETROS (MM) OU "PONTA MÉDIA", COR DA TINTA: VERDE, EMBALAGEM TIPO CAIXA/BLISTER COM 12 UNIDADES. | CAIXA COM 12 UND | 354898 | 200 | 30 | 80 | 50 | 30 | 390 | R\$ 58,90 | R\$ 22.971,00 |
| 27 | CANETA RETROPROJETOR: BASE ALCOOL, SECAGEM RÁPIDA, RESISTENTE A ÁGUA, ESCRITA EM TRANSPARÊNCIAS (ACETATO/FILME), PLÁSTICO, METAL, VIDRO E OUTRAS SUPERFÍCIES NÃO POROSAS, ESPESSURA DA PONTA: 2.0 MILÍMETROS (MM) OU "PONTA MÉDIA", COR DA TINTA: PRETA, EMBALAGEM TIPO CAIXA/BLISTER COM 12 UNIDADES. | CAIXA COM 12 UND | 354898 | 200 | 30 | 80 | 50 | 20 | 380 | R\$ 58,90 | R\$ 22.382,00 |
| 28 | CANETA RETROPROJETOR: BASE ALCOOL, SECAGEM RÁPIDA, RESISTENTE A ÁGUA, ESCRITA EM TRANSPARÊNCIAS (ACETATO/FILME), PLÁSTICO, METAL, VIDRO E OUTRAS SUPERFÍCIES NÃO POROSAS, ESPESSURA DA PONTA: 2.0 MILÍMETROS (MM) OU "PONTA MÉDIA", COR DA TINTA: MARROM, EMBALAGEM TIPO CAIXA/BLISTER COM 12 UNIDADES. | CAIXA COM 12 UND | 354898 | 200 | 0 | 80 | 50 | 20 | 350 | R\$ 58,90 | R\$ 20.615,00 |
| 29 | CANETA RETROPROJETOR: BASE ALCOOL, SECAGEM RÁPIDA, RESISTENTE A ÁGUA, ESCRITA EM TRANSPARÊNCIAS (ACETATO/FILME), PLÁSTICO, METAL, VIDRO E OUTRAS SUPERFÍCIES NÃO POROSAS, ESPESSURA DA PONTA: 2.0 MILÍMETROS (MM) OU "PONTA MÉDIA", COR DA TINTA: AMARELA, EMBALAGEM TIPO CAIXA/BLISTER COM 12 UNIDADES. | CAIXA COM 12 UND | 354898 | 200 | 0 | 80 | 50 | 20 | 350 | R\$ 58,90 | R\$ 20.615,00 |
| 30 | CARTÃO DE MEMÓRIA MICRO DIGITAL SEGURO (SD): CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 512 GIGABYTES (GB), TIPO DE CARTÃO: SDXC (SECURE DIGITAL EXTENDED CAPACITY), CLASSE DE VELOCIDADE, CLASSE V30, À PROVA DE CHOQUE, À PROVA D'ÁGUA, RESISTENTE A TEMPERATURAS EXTREMAS. | Und | 635002 | 30 | 0 | 20 | 5 | 10 | 65 | R\$ 425,66 | R\$ 27.667,90 |
| 31 | CARTÃO DE MEMÓRIA MICRO DIGITAL SEGURO (SD): CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 256 GIGABYTES (GB), TIPO DE CARTÃO: SDXC (SECURE DIGITAL EXTENDED CAPACITY), CLASSE DE VELOCIDADE, CLASSE V30, À PROVA DE CHOQUE, À PROVA D'ÁGUA, RESISTENTE A TEMPERATURAS EXTREMAS. | Und | 612005 | 30 | 20 | 20 | 10 | 10 | 90 | R\$ 300,00 | R\$ 27.000,00 |

| | | | | | | | | | | | |
|----|---|-------------------|--------|-----|-----|-----|-----|-----|------|--------------|----------------|
| 32 | CAVALETE SINALIZAÇÃO: CAVALETE SINALIZAÇÃO, MATERIAL POLIETILENO, COMPRIMENTO 1 M, LARGURA 0,90 M, ALTURA 1 M, COR LARANJA COM REFLEXIVO BRANCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DESMONTÁVEL | Und | 480054 | 30 | 20 | 24 | 20 | 10 | 104 | R\$ 550,00 | R\$ 57.200,00 |
| 33 | COLDRE: COLDRE VELADO, MATERIAL TERMOPLÁSTICO EXTREMAMENTE RESISTENTE QUE NÃO DEFORMA; 2 OPÇÕES DE CLIP DE FIXAÇÃO EM POLÍMER, COM AJUSTE DE ALTURA. MODELO IGUAL OU SUPERIOR AO KYDEX TS9 TS40 INVICTUS | Und | 630541 | 80 | 30 | 45 | 50 | 32 | 237 | R\$ 155,00 | R\$ 36.735,00 |
| 34 | COLETE SEGURANÇA: COLETE SEGURANÇA, MATERIAL PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TRATAMENTO SUPERFICIAL POLIÉSTER E PVC- CLORETO DE POLIVINILA REFLETIVO, MODELO X- COM PVC RELETIVO SEGMENTADO, COR LARANJA COM REFLETIVO PRATA | Und | 220537 | 80 | 30 | 0 | 100 | 48 | 258 | R\$ 23,22 | R\$ 5.990,76 |
| 35 | COLETE SALVA-VIDAS: COLETE SALVA-VIDAS, TIPO 3, CAPACIDADE 100 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NÃO INFLÁVEL, CONFECCIONADO EM TECIDO DE POLIAMID A (HOMOLOGADO PELA MARINHA DO BRASIL). | Und | 305752 | 50 | 40 | 20 | 50 | 48 | 208 | R\$ 189,99 | R\$ 39.517,92 |
| 36 | COLETE, MATERIAL 100% POLIÉSTER, MODELO DUPLA FACE, TAMANHO ÚNICO, USO TÁTICO,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONFORME MODELO DO ÓRGÃO | Und | 469181 | 80 | 0 | 25 | 50 | 48 | 203 | R\$ 103,40 | R\$ 20.990,20 |
| 37 | CONE SINALIZAÇÃO: CONE SINALIZAÇÃO, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE, ALTURA 1,24 M, COR VERMELHA FOSFORESCENTE, PESO 2 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COLARES REFLETIVOS CINZA PRATA/BASE BORRACHA DESM O | Und | 318055 | 50 | 20 | 20 | 100 | 32 | 222 | R\$ 142,90 | R\$ 31.723,80 |
| 38 | CONE SINALIZAÇÃO: CONE SINALIZAÇÃO, MATERIAL COMPOSTO SINTÉTICO, ALTURA 500 MM, LARGURA BASE 273MM, COR PRETA COM 2 FAIXAS AMARELAS, PESO 0,636 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAISFLEXÍVEL IMPACTO VEÍCULOS | Und | 223766 | 50 | 30 | 20 | 100 | 48 | 248 | R\$ 28,90 | R\$ 7.167,20 |
| 39 | CONE SINALIZAÇÃO: CONE SINALIZAÇÃO, MATERIAL BORRACHA, ALTURA 750 MM, LARGURA BASE 400 MM, COR LARANJA, PESO 5 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM 3 FAIXAS BRANCAS REFLETIVASMICROESFERA VIDRO | Und | 252198 | 50 | 30 | 40 | 100 | 48 | 268 | R\$ 67,91 | R\$ 18.199,88 |
| 40 | BALIZADOR: BALIZADOR, TIPO SISTEMA BALIZAMENTO PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, MATERIAL CORPO PLÁSTICO, FORMATO CORPO REDONDO, MEDIDAS 77 CM, TIPO POSTE FLEXÍVEL | Und | 609422 | 50 | 30 | 30 | 50 | 10 | 170 | R\$ 183,39 | R\$ 31.176,30 |
| 41 | CORANTE: CORANTE, MATERIAL CORANTE PÓ COM PIGMENTOS, COR AMARELA, APLICAÇÃO MULTIUSO, APRESENTAÇÃO CAIXA COM 250 GRAMAS, TIPO PÓ XADREZ/ VERMELHÃO | Und | 460647 | 100 | 20 | 30 | 300 | 40 | 490 | R\$ 18,50 | R\$ 9.065,00 |
| 42 | CORANTE: CORANTE, MATERIAL CORANTE PÓ COM PIGMENTOS, COR AZUL, APLICAÇÃO MULTIUSO, APRESENTAÇÃO CAIXA COM 500 GRAMAS, TIPO PÓ XADREZ/ VERMELHÃO | Und | 457227 | 100 | 20 | 30 | 300 | 40 | 490 | R\$ 22,99 | R\$ 11.265,10 |
| 43 | CORANTE: CORANTE, MATERIAL CORANTE PÓ COM PIGMENTOS, COR VERDE, APLICAÇÃO MULTIUSO, APRESENTAÇÃO CAIXA COM 500 GRAMAS, TIPO PÓ XADREZ/ VERMELHÃO | Und | 457208 | 100 | 20 | 30 | 300 | 80 | 530 | R\$ 22,63 | R\$ 11.993,90 |
| 44 | CORANTE: CORANTE, MATERIAL CORANTE PÓ COM PIGMENTOS, COR MARROM, APLICAÇÃO MULTIUSO, APRESENTAÇÃO CAIXA COM 500 GRAMAS, TIPO PÓ XADREZ/ VERMELHÃO | Und | 457205 | 100 | 20 | 30 | 300 | 40 | 490 | R\$ 21,36 | R\$ 10.466,40 |
| 45 | CORANTE: CORANTE, MATERIAL CORANTE PÓ COM PIGMENTOS, COR PRETA, APLICAÇÃO MULTIUSO, APRESENTAÇÃO CAIXA COM 500 GRAMAS, TIPO PÓ XADREZ/ VERMELHÃO | Und | 457204 | 100 | 20 | 30 | 300 | 40 | 490 | R\$ 21,92 | R\$ 10.740,80 |
| 46 | CORDA: CORDA, MATERIAL POLIPROPILENO, TIPO TRANÇADA, DIÂMETRO 6 MM, PONTO RUPTURA 396KGF, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTENTE AO ATRITO (COTA PRINCIPAL) | Und | 353571 | 150 | 0 | 10 | 0 | 90 | 250 | R\$ 312,21 | R\$ 78.052,50 |
| 47 | CORDA: CORDA, MATERIAL SISAL, TIPO TRANÇADA (3 PERNAS), DIÂMETRO 12 MM 50 METROS | ROLO C/50 METROS | 485957 | 150 | 50 | 12 | 30 | 100 | 342 | R\$ 231,00 | R\$ 79.002,00 |
| 48 | CORDEL DE FIBRA: CORDEL DE FIBRA, TIPO CORDA VELAME COM ALMA TRANÇADA, MATERIAL 100% POLIÉSTER,ESPESSURA 2 MM, COR VERDE OLIVA 50 METROS | ROLO C/50 METROS | 606419 | 200 | 10 | 25 | 100 | 342 | 677 | R\$ 78,83 | R\$ 53.367,91 |
| 49 | CADARÇO: CADARÇO, MATERIAL NÁILON, LARGURA 0,5 MM, COR VERDE-OLIVA, FORMATO SEÇÃO REDONDO, APLICAÇÃO CONFECCÃO DE BARRACAS METRO | Und | 608074 | 200 | 0 | 25 | 100 | 342 | 667 | R\$ 15,78 | R\$ 10.525,26 |
| 50 | SINALIZADOR TRÂNSITO: SINALIZADOR TRÂNSITO, MATERIAL CORPO PLÁSTICO, TIPO CORRENTE, COR AMARELO/ PRETO POR METRO | Und | 271213 | 50 | 0 | 15 | 100 | 0 | 165 | R\$ 5,45 | R\$ 899,25 |
| 51 | ESPELHO: ESPELHO, MATERIAL VIDRO, FORMATO RETANGULAR, ESPESSURA 4 MM, COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BISOTADO, 4 FIXADORES REDONDOS INOX, SEM MOLDURA | Und | 485641 | 10 | 0 | 7 | 50 | 5 | 72 | R\$ 199,00 | R\$ 14.328,00 |
| 52 | FARDAMENTO / ACESSÓRIO: FARDAMENTO / ACESSÓRIO, TIPO FIEL, MATERIAL LONA, APLICAÇÃO PISTOLA, TAMANHO 48 CM X 1 CM CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORDÃO DE MOLA PLÁSTICA ESPIRAL RESISTENTE COM GA N | Und | 603519 | 80 | 0 | 70 | 100 | 32 | 282 | R\$ 46,99 | R\$ 13.251,18 |
| 53 | FITA SINALIZAÇÃO: FITA SINALIZAÇÃO, MATERIAL PLÁSTICO, COMPRIMENTO 200 M, LARGURA 7 CM, COR PRETA E AMARELA, APLICAÇÃO DEMARCAÇÃO E ISOLAMENTO | Und | 353764 | 100 | 100 | 30 | 200 | 100 | 530 | R\$ 12,00 | R\$ 6.360,00 |
| 54 | FITA ADESIVA: FITA ADESIVA, MATERIAL PAPEL CREPADO, TIPO SILVER TAPE, LARGURA 50 MM, COMPRIMENTO 50 M, COR PRATA, APLICAÇÃO MULTIUSO | Und | 449828 | 100 | 50 | 45 | 100 | 60 | 355 | R\$ 48,52 | R\$ 17.224,60 |
| 55 | FITA: FITA, MATERIAL GORGURÃO, LARGURA 20 MM, COR AMARELO E VERDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 CORES MESMA LARGURA | Und | 320123 | 100 | 0 | 30 | 100 | 20 | 250 | R\$ 11,50 | R\$ 2.875,00 |
| 56 | Grampo Material: Aço Galvanizado , Aplicação: Madeiras, Compensados E Tapeçarias , Tamanho: 106/6 MM, Tipo Uso: Grampeador Manual , Tipo: "U" | Und | 478188 | 200 | 100 | 110 | 100 | 68 | 578 | R\$ 20,90 | R\$ 12.080,20 |
| 57 | HOLOFOTE: HOLOFOTE, TIPO PORTÁTIL, TIPO LÂMPADA HALOGENIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM BATERIA RECARREGÁVEL/ CABOS CA E CC | Und | 288078 | 20 | 0 | 20 | 10 | 20 | 70 | R\$ 241,00 | R\$ 16.870,00 |
| 58 | LANTERNA DE CABEÇA/CAPACETE, ALIMENTAÇÃO TIPO RECARREGÁVEL, VOLTAGEM BI-VOLT, TIPO LÂMPADA LED, CAPACIDADE FOCAL 1300 MA/LEDS E ÁREA FOCAL DE 25 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS À PROVA D' ÁGUA/PRESILHAS AJUSTÁVEIS/REGULADOR FOC O | Und | 445149 | 80 | 40 | 50 | 100 | 32 | 302 | R\$ 130,00 | R\$ 39.260,00 |
| 59 | LINHA NÁILON: LINHA NÁILON, MATERIAL NÁILON, COMPRIMENTO 100 M, ESPESSURA 0,80 MM, COR BRANCA, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE | ROLO C/100 METROS | 448861 | 100 | 0 | 20 | 100 | 16 | 236 | R\$ 15,49 | R\$ 3.655,64 |
| 60 | REDUTOR DE VELOCIDADE: REDUTOR DE VELOCIDADE, TIPO MODULAR, DIMENSÕES MÓDULO 0,50 X 0,35 X 0,05 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS REFLEXIVAS | Und | 486479 | 10 | 20 | 10 | 20 | 10 | 70 | R\$ 793,00 | R\$ 55.510,00 |
| 61 | LONA PLÁSTICA: LONA PLÁSTICA, ESPESSURA 200 MICRA, LARGURA 8 M, COMPRIMENTO 50 M, COR PRETA EBRANCA, APLICAÇÃO COBERTURA E PROTEÇÃO, MATERIAL POLIETILENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DUPLA FACE (COTA PRINCIPAL) | Und | 607702 | 150 | 0 | 0 | 0 | 132 | 282 | R\$ 790,00 | R\$ 222.780,00 |
| 62 | LONA PLÁSTICA: LONA PLÁSTICA, ESPESSURA 150 MICRA MICRA, LARGURA 4 M, COMPRIMENTO 100 M, COR PRETA, MATERIAL PLÁSTICO SINTÉTICO (COTA PRINCIPAL) | Und | 384187 | 150 | 0 | 0 | 0 | 132 | 282 | R\$ 647,99 | R\$ 182.733,18 |
| 63 | LUVA DE PROTEÇÃO: LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL COURO, APLICAÇÃO TIRO, COR VERDE-OLIVA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, FINALIDADE TÁTICA DE ATIRADOR, TIPO USO MILITAR | Und | 473481 | 100 | 50 | 80 | 100 | 132 | 462 | R\$ 69,65 | R\$ 32.178,30 |
| 64 | CONJUNTO ARMAÇÃO MESA: CONJUNTO ARMAÇÃO MESA, MATERIAL BASE CHAPA DE FERRO, ALTURA 0,52 M, LARGURA 0,53 M, PROFUNDIDADE 0,53 M, ALTURA MÁXIMA COLUNA 0,80 M, COMPONENTES 2 BRAÇOS TELESCÓPICOS ARTICULADOS, 2 ILUMINADORES, APLICAÇÃO REPRODUÇÃO DE LIVRO, GRAVURA, QUADRO E FOTOGRAFIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DESMONTÁVEL | Und | 308188 | 5 | 10 | 11 | 5 | 10 | 41 | R\$ 1.493,00 | R\$ 61.213,00 |
| 65 | MOSQUETÃO: MOSQUETÃO, MATERIAL AÇO, APLICAÇÃO TREINAMENTO MILITAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ABERTURA 20MM, COM DUPLA TRAVA DE SEGURANÇA, RESISTÊNCIA 450 KG | Und | 456817 | 30 | 60 | 50 | 20 | 27 | 187 | R\$ 28,97 | R\$ 5.417,39 |
| 66 | ÓCULOS PROTEÇÃO: ÓCULOS PROTEÇÃO, MATERIAL ARMAÇÃO NÁILON, TIPO LENTE ANTI-EMBAÇANTE, COR LENTECINZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ANTI-RISCO, CORDÃO SEGURANÇA, PROTEÇÃO UV, MATERIAL LENTE POLICARBONATO | Und | 417399 | 300 | 40 | 110 | 150 | 550 | 1150 | R\$ 10,20 | R\$ 11.730,00 |
| 67 | BARREIRA PERFORANTE DE PNEUS MOVEL / DISPOSITIVO PERFORADOR DE PNEUS: MATERIAL EM AÇO, MÓVEL, ACONDICIONADO EM MALETA PRÓPRIA PARA TRANSPORTE, COM MECANISMO DE PINOS PERFORANTES E VAZADOS QUE ESVAZIAM O PNEU RAPIDAMENTE. ACIONAMENTO POR LANÇAMENTO MANUAL OU ATRAVÉS DE CORDA PARA EXTENSÃO NA VIA. (COTA PRINCIPAL) | Und | 635916 | 10 | 20 | 5 | 0 | 0 | 35 | R\$ 1.899,74 | R\$ 66.490,90 |
| 68 | PILHA: PILHA, TAMANHO PALITO, MODELO 3 AAA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO ALCALINA, TENSÃO NOMINAL 1,5 V EMBALAGEM COM 2 UNIDADES | Und | 246685 | 200 | 100 | 250 | 150 | 200 | 900 | R\$ 8,00 | R\$ 7.200,00 |

| | | | | | | | | | | | |
|-----|---|------------------------|--------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------------|---------------|
| | PILHA: PILHA, TAMANHO PEQUENA, MODELO 2 AA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NÃO RECARREGAVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO ALCALINA, TENSÃO NOMINAL 1,5 V EMBALAGEM COM 2 UNIDADES | EMBALAGEM C/2 UNIDADES | 241780 | 200 | 100 | 250 | 200 | 200 | 950 | R\$ 8,40 | R\$ 7.980,00 |
| 70 | PILHA: PILHA, TAMANHO GRANDE, MODELO D, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NÃO RECARREGAVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO ALCALINA, TENSÃO NOMINAL 1,5 V EMBALAGEM COM 2 UNIDADES | EMBALAGEM COM 2 UNDS | 419861 | 200 | 0 | 200 | 100 | 200 | 700 | R\$ 17,53 | R\$ 12.271,00 |
| 71 | PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO MÓVEL: TIPO DE SINALIZAÇÃO REGULAMENTAÇÃO DE VELOCIDADE MÁXIMA PERMITIDA, INSCRIÇÃO/DESIGN: NUMERAL "20 KM/H" (CONFORME PADRÕES DO CONTRAN: CIRCULAR, BORDA VERMELHA, FUNDO BRANCO, NÚMEROS PRETOS), EM ALUMÍNIO, PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM HASTE MELÁTICA COM BASE PARA FIXAÇÃO NO SOLO, REFLETIVA (PARA USO NOTURNO). | Und | 603947 | 10 | 2 | 7 | 20 | 10 | 49 | R\$ 210,50 | R\$ 10.314,50 |
| 72 | PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO MÓVEL: TIPO DE SINALIZAÇÃO REGULAMENTAÇÃO DE VELOCIDADE MÁXIMA PERMITIDA, INSCRIÇÃO/DESIGN: NUMERAL "40 KM/H" (CONFORME PADRÕES DO CONTRAN: CIRCULAR, BORDA VERMELHA, FUNDO BRANCO, NÚMEROS PRETOS), EM ALUMÍNIO, PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM HASTE MELÁTICA COM BASE PARA FIXAÇÃO NO SOLO, REFLETIVA (PARA USO NOTURNO). | Und | 603947 | 10 | 2 | 22 | 20 | 10 | 64 | R\$ 210,50 | R\$ 13.472,00 |
| 73 | PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO MÓVEL: TIPO DE SINALIZAÇÃO REGULAMENTAÇÃO DE VELOCIDADE MÁXIMA PERMITIDA, INSCRIÇÃO/DESIGN: NUMERAL "60 KM/H" (CONFORME PADRÕES DO CONTRAN: CIRCULAR, BORDA VERMELHA, FUNDO BRANCO, NÚMEROS PRETOS), EM ALUMÍNIO, PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM HASTE MELÁTICA COM BASE PARA FIXAÇÃO NO SOLO, REFLETIVA (PARA USO NOTURNO). | Und | 603947 | 10 | 2 | 5 | 20 | 10 | 47 | R\$ 210,50 | R\$ 9.893,50 |
| 74 | PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO MÓVEL: TIPO DE SINALIZAÇÃO REGULAMENTAÇÃO DE PARADA OBRIGATORIA INSCRIÇÃO "PARE" (CONFORME PADRÕES DO CONTRAN, OCTOGONAL VERMELHA, USO MÓVEL EM OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO ("BLITZ POLICIAL"), EM ALUMÍNIO, PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM HASTE MELÁTICA COM BASE PARA FIXAÇÃO NO SOLO, REFLETIVA (PARA USO NOTURNO). | Und | 603947 | 10 | 2 | 20 | 20 | 10 | 62 | R\$ 210,50 | R\$ 13.051,00 |
| 75 | PLACA DE SINALIZAÇÃO TEMPORARIA: ADVERTENCIA E ORIENTAÇÃO DE TRAFEGO, REDUZA A VELOCIDADE, PS (POLIESTIRENO) DE 2MM DE ESPESSURA, MATERIAL DA FACE: VINIL REFLETIVO (GRAU TÉCNICO OU SIMILAR) NA COR LARANJA FLUORESCENTE, IMPRESSÃO/DESIGN: TARIAS E TEXTO NA COR PRETO FOSCO, EM CONFORMIDADE ÀS NORMAS VIGENTES DO CONTRAN (MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - VOLUME III) E ABNT NBR 14644, COM BASE MÓVEL TIPO CAVALETE OU TRIPÉ. | Und | 603947 | 10 | 2 | 5 | 20 | 0 | 37 | R\$ 210,50 | R\$ 7.788,50 |
| 76 | FILME POLIÉSTER: FILME POLIÉSTER, TIPO PELÍCULA, LARGURA 1 M, ESPESSURA 50 MICRA, APLICAção ACONDICIONAMENTO, COMPRIMENTO 50 M | ROLO 50 METROS | 485512 | 30 | 0 | 105 | 50 | 0 | 185 | R\$ 380,00 | R\$ 70.300,00 |
| 77 | EQUIPAMENTO PARA PLASTIFICAÇÃO E LAMINAÇÃO DE DOCUMENTOS: TIPO DE OPERAÇÃO: ELÉTRICA / PROFISSIONAL (USO CONTÍNUO OU SEMI-CONTÍNUO), TAMANHO MÁXIMO DE DOCUMENTO: FORMATO OFÍCIO / A4 (240MM A 280MM DE LARGURA MÁXIMA), FUNÇÃO: PLASTIFICAÇÃO (USO DE BOBINAS OU POUCHES DE POLASEAL) E LAMINAÇÃO (USO DE BOPP OU OUTROS FILMES A FRIO/QUENTE), REVERSÃO DE MOTOR (PARA EVITAR ATOLAMENTO), CONTROLE DE TEMPERATURA (QUENTE E FRIO), VELOCIDADE AJUSTÁVEL, 110V. | Und | 304092 | 5 | 0 | 7 | 5 | 5 | 22 | R\$ 530,00 | R\$ 11.660,00 |
| 78 | PLÁSTICO REPROGRAFIA, MATERIAL: PLÁSTICO POLASEAL, A4 Plástico Para Plastificação 220x307x0,05mm 100un | Und | 399386 | 50 | 5 | 30 | 100 | 32 | 217 | R\$ 68,40 | R\$ 14.842,80 |
| 79 | PEÇAS / ACESSÓRIOS EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS: PEÇAS / ACESSÓRIOS EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS, TIPO 4 PORTA-ALGEMA, APLICAÇÃO1 SUPORTE PARA CINTO DE USO TÁTICO/OPERACIONAL | Und | 427208 | 60 | 0 | 35 | 100 | 100 | 295 | R\$ 55,00 | R\$ 16.225,00 |
| 80 | ESTOJO PORTA CARREGADOR: ESTOJO PORTA CARREGADOR, MATERIAL NAILON, DIMENSÕES 4,5 X 15 X 5 CM, COR VERDEOLIVA, CAPACIDADE 02 CARREGADORES, APLICAÇÃO FUZIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAISFECHO COM BOTÃO DE PRESSÃO | Und | 236338 | 80 | 50 | 130 | 100 | 132 | 492 | R\$ 54,90 | R\$ 27.010,80 |
| 81 | FARDAMENTO / ACESSÓRIO: FARDAMENTO / ACESSÓRIO, TIPO PORTA TONFA, MATERIAL TECIDO/METAL | Und | 614473 | 60 | 40 | 70 | 100 | 32 | 302 | R\$ 50,00 | R\$ 15.100,00 |
| 82 | RECIPIENTE ALIMENTOS: RECIPIENTE ALIMENTOS, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 200 ML, APLICAÇÃO COZINHA,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS KIT 3 POTES, FECHADOS HERMETICAMENTE, ALTURA MÍNIMA6,6 CM, COMPRIMENTO 6,5 CM, LARGURA 6,6 CM | Und | 484196 | 100 | 0 | 30 | 100 | 132 | 362 | R\$ 25,00 | R\$ 9.050,00 |
| 83 | SINALIZADOR TRANSITO: SINALIZADOR TRANSITO, MATERIAL CORPO PLASTICO RESISTENTE, TIPO ENCAIXE EM CONE, ALIMENTAÇÃO 2 PILHA DE 1,5 VOLTS V, DIÂMETRO 186 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LÂMPADA HALÓGENA DE 0,5 W, 60 A 90 PULSO/MINUTO | Und | 368079 | 50 | 10 | 20 | 50 | 10 | 140 | R\$ 103,34 | R\$ 14.467,60 |
| 84 | SISTEMA PARA COMPRESSÃO: SISTEMA PARA COMPRESSÃO, TIPO TORNIQUETE NÃO PNEUMÁTICO, APLICAÇÃO TÁTICO, P/ ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR, MODELO CINTA EM NYLON, C/ COR, TIPO FECHO AUTO AJUSTÁVEL C/ VELCRO, FIVELA E BARRA PRESSÃO, TIPO USO REUSÁVEL | Und | 485515 | 80 | 35 | 80 | 60 | 80 | 335 | R\$ 109,91 | R\$ 36.819,85 |
| 85 | PILHA, TAMANHO MÉDIA, TIPO COMUM, MODELO C, TENSÃO 1,5 V;EMBALAGEM C/2UNIDADES | EMBALAGEM C/2UNIDADES | 246689 | 50 | 50 | 0 | 150 | 0 | 250 | R\$ 10,40 | R\$ 2.600,00 |
| 86 | ALVO DE TIRO, MATERIAL PAPEL CARTÃO, TIPO SILHUETA, TAMANHO 100 X 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SILHUETA PRETA | Und | 468994 | 60 | 0 | 0 | 500 | 0 | 560 | R\$ 2,99 | R\$ 1.674,40 |
| 87 | ALVO DE TIRO, MATERIAL PAPEL CARTÃO, TIPO QUADRADO, TAMANHO 20 X 20 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SILHUETA PRETA CAIXA COM 10 UNIDADES | EMBALAGEM C/10UNIDADES | 445114 | 300 | 0 | 0 | 500 | 0 | 800 | R\$ 29,00 | R\$ 23.200,00 |
| 88 | ALVO DE TIRO, MATERIAL PAPEL CARTÃO, TIPO RETANGULAR, TAMANHO 15 X 08 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SILHUETA PRETA 1 UNIDADE | Und | 445115 | 50 | 0 | 0 | 500 | 0 | 550 | R\$ 1,62 | R\$ 891,00 |
| 89 | ALVO DE TIRO, MATERIAL PAPEL CARTÃO, TIPO QUADRADO, TAMANHO 55 X 55 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ALVO PARA PISTOLA, DE COMPETIÇÃO, 25 E 50 M. PACOTE COM 50UNIDADES | EMBALAGEM C/50UNIDADES | 468996 | 40 | 0 | 0 | 100 | 0 | 140 | R\$ 185,00 | R\$ 25.900,00 |
| 90 | PROTECTOR AURICULAR, TIPO CONCHA PLUGUE, MATERIAL SILICONE, MATERIAL HASTE POLIÉSTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NO FORMATO CONICO, 3 FLANGES | Und | 616645 | 40 | 100 | 10 | 300 | 0 | 450 | R\$ 17,90 | R\$ 8.055,00 |
| 91 | OBREÍIA, MATERIAL PAPEL COUCHÊ BRILHO, FORMATO CIRCULAR, APRESENTAÇÃO AUTO ADESIVA, COR PRETA, TAMANHO DIÂMETRO: 25 MM, APLICAÇÃO COBRIR FUROS CAUSADOS POR PROJÉTEIS NOS ALVOS. | ROLO COM 1000 UND | 483467 | 40 | 0 | 0 | 150 | 0 | 190 | R\$ 15,57 | R\$ 2.958,30 |
| 92 | OBREÍIA, MATERIAL PAPEL COUCHÊ BRILHO, FORMATO CIRCULAR, APRESENTAÇÃO AUTO ADESIVA, COR BRANCA, TAMANHO DIÂMETRO: 25 MM, APLICAÇÃO COBRIR FUROS CAUSADOS POR PROJÉTEIS NOS ALVOS. | ROLO DE 1000 UND | 483466 | 50 | 0 | 0 | 150 | 0 | 200 | R\$ 15,90 | R\$ 3.180,00 |
| 93 | PAPEL AUTO-ADESIVO, MATERIAL PLÁSTICO, COR TRANSPARENTE, COMPRIMENTO 25 M, LARGURA 450 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO/CONTACT, ACABAMENTO SUPERFICIAL BRILHANTE | Und | 486141 | 30 | 0 | 0 | 50 | 0 | 80 | R\$ 78,53 | R\$ 6.282,40 |
| 94 | CORDA, MATERIAL POLIPROPILENO, TIPO ESTATICA, DIAMETRO 10 MM, PONTO RUPTURA 2.500 KGF, APLICAÇÃO ESCALADA OU DESCIDA TIPO "RAPPEL" ROLO COM 50 METROS | ROLO C/ 50 METROS | 231388 | 30 | 0 | 0 | 30 | 0 | 60 | R\$ 309,00 | R\$ 18.540,00 |
| 95 | EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO, MATERIAL NYLON, TIPO PRISMA, DIMENSÕES 30 X 30 CM, USO ORIENTAÇÃO DESPORTIVA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NAS CORES BRANCO E LARANJA | Und | 602796 | 30 | 50 | 0 | 30 | 0 | 110 | R\$ 28,00 | R\$ 3.080,00 |
| 96 | EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PICOTADOR, USO CORRIDA DE ORIENTAÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 5 PONTEIRAS INTERCAMBIÁVEIS DE AÇO INOX | Und | 467589 | 30 | 20 | 0 | 50 | 0 | 100 | R\$ 20,41 | R\$ 2.041,00 |
| 97 | FACÃO, MATERIAL LÂMINA AÇO, MATERIAL CABO MADEIRA, COMPRIMENTO 18 POL, TIPO PARA MATO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FIXAÇÃO CINTO GANCHO OU PASSADOR COM 6 CM LARGURA, MATERIAL BAINHA COURO | Und | 246942 | 60 | 50 | 20 | 100 | 0 | 230 | R\$ 43,90 | R\$ 10.097,00 |
| 98 | LÂMPADA LED, TENSÃO NOMINAL BIVOLT, POTÊNCIA NOMINAL 5 W, TIPO BASE E-27, COR VERDE, TIPO BULBO A60, FREQUÊNCIA NOMINAL 60 HZ | Und | 452799 | 50 | 0 | 5 | 50 | 0 | 105 | R\$ 19,90 | R\$ 2.089,50 |
| 99 | LÂMPADA LED, TENSÃO NOMINAL BIVOLT, POTÊNCIA NOMINAL 5 W, TIPO BASE E-27, COR VERMELHA, TIPO BULBO A60, FREQUÊNCIA NOMINAL 60 HZ | Und | 452798 | 200 | 100 | 5 | 50 | 0 | 355 | R\$ 21,00 | R\$ 7.455,00 |
| 100 | LÂMPADA LED, MODELO LED, TENSÃO NOMINAL BIVOLT, POTÊNCIA NOMINAL 15 W, TIPO BASE G5, COR BRANCA, FLUXO LUMINOSO 1800 LM, APLICAÇÃO ILUMINAÇÃO, FORMATO TUBULAR T5, VIDA MÉDIA 25.000 H | Und | 469642 | 200 | 100 | 70 | 50 | 0 | 420 | R\$ 20,14 | R\$ 8.458,80 |

| | | | | | | | | | | | |
|-----|---|---------------------------|--------|-----|-----|----|-----|-----|-----|--------------|---------------|
| 101 | LÂMPADA LED, MODELO LED, TENSÃO NOMINAL BIVOLT, POTÊNCIA NOMINAL 40 W, TIPO BASE E-27, TEMPERATURA DE COR 3500 A 6500 K | Und | 468578 | 20 | 100 | 30 | 50 | 0 | 200 | R\$ 25,00 | R\$ 5.000,00 |
| 102 | LACRE SEGURANÇA, MATERIAL PLÁSTICO, COMPRIMENTO 23 CM, APLICAÇÃO FECHAMENTO DE MALOTES, TIPO ESPINHA DE PEIXE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NUMERADO | EMBALAGEM C/ 100 UNIDADES | 458892 | 10 | 100 | 3 | 50 | 0 | 163 | R\$ 22,97 | R\$ 3.744,11 |
| 103 | SACO, MATERIAL PLÁSTICO, ALTURA 80 CM, LARGURA 50 CM, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE, GRAMATURA 0,20 G/M2 CAIXA COM 100 UNIDADES | EMBALAGEM C/ 100 UNIDADES | 460146 | 10 | 100 | 3 | 100 | 0 | 213 | R\$ 82,50 | R\$ 17.572,50 |
| 104 | CADEADO, MATERIAL LATÃO MACIÇO, MATERIAL HASTE AÇO INOXIDÁVEL, ALTURA 100 MM, LARGURA 60 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 16 PINOS/CHAVE TETRA 2 TRAVAS/ ALTURA HASTE:40MM | Und | 384322 | 10 | 50 | 5 | 50 | 0 | 115 | R\$ 90,00 | R\$ 10.350,00 |
| 105 | CADEADO, MATERIAL LATÃO MACIÇO, MATERIAL HASTE AÇO INOXIDÁVEL, ALTURA 69 MM, LARGURA 50 MM, QUANTIDADE PINOS 16 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CHAVE TIPO TETRA E TRAVA DUPLA | Und | 236534 | 20 | 50 | 5 | 50 | 0 | 125 | R\$ 64,90 | R\$ 8.112,50 |
| 106 | CADEADO, MATERIAL ZAMAC, MATERIAL HASTE AÇO TEMPERADO, COR DOURADO, ALTURA 41 MM, LARGURA 20 MM | Und | 449280 | 50 | 0 | 5 | 50 | 0 | 105 | R\$ 16,80 | R\$ 1.764,00 |
| 107 | BLOCO RECADO, MATERIAL PAPEL, COR AMARELA, LARGURA 76 MM, COMPRIMENTO 102 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS AUTO-ADESIVO, REMOVÍVEL, POST-IT, QUANTIDADE FOLHAS 100 UN | Und | 447926 | 50 | 0 | 10 | 250 | 0 | 310 | R\$ 6,16 | R\$ 1.909,60 |
| 108 | CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO, QUANTIDADE CARGAS 1 UN, MATERIAL PONTA LATÃO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA MÉDIA, COR TINTA AZUL CAIXA COM 12 UNIDADES | CAIXA COM 12 UND | 461461 | 20 | 100 | 10 | 200 | 0 | 330 | R\$ 42,00 | R\$ 13.860,00 |
| 109 | CANETA MARCA-TEXTO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA FLUORESCENTE, COR VERDE | Und | 279312 | 10 | 0 | 10 | 150 | 0 | 170 | R\$ 2,40 | R\$ 408,00 |
| 110 | COLA, COMPOSIÇÃO POLIVINIL ACETATO- PVA, COR BRANCA, APLICAÇÃO PAPEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICA E SECAGEM RÁPIDA, TIPO BASTÃO | Und | 335414 | 350 | 0 | 20 | 50 | 0 | 420 | R\$ 4,89 | R\$ 2.053,80 |
| 111 | PASTA ARQUIVO, MATERIAL POLIPROPILENO, TIPO L, LARGURA 220 MM, ALTURA 310 MM, COR INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRANSPARENTE, TAMANHO A4 PACOTE COM 10 UNIDADES | PACOTE COM 10 UNIDADES | 355567 | 200 | 0 | 10 | 200 | 0 | 410 | R\$ 16,50 | R\$ 6.765,00 |
| 112 | BANDEIRA INSTITUCIONAL, MATERIAL NAYLON PARAQUEDAS, COMPRIMENTO 257 CM, LARGURA 180 CM, DESENHO NACIONAL DO BRASIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 04 PANOS COM COSTURAS REFORÇADAS | Und | 246486 | 200 | 5 | 10 | 15 | 0 | 230 | R\$ 230,00 | R\$ 52.900,00 |
| 113 | BORRACHA APAGADORA ESCRITA, MATERIAL BORRACHA, COMPRIMENTO 50 MM, LARGURA 18 MM, ALTURA 6 MM, COR AZUL E VERMELHA, APLICAÇÃO PARA LÁPIS E TINTA | Und | 286272 | 200 | 0 | 10 | 300 | 0 | 510 | R\$ 0,65 | R\$ 331,50 |
| 114 | LÁPIS PRETO, MATERIAL CORPO MADEIRA, DIÂMETRO CARGA 2 MM, DUREZA CARGA 4B, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM BORRACHA APAGADORA, MATERIAL CARGA GRAFITE CAIXA COM 20 UNIDADES | CAIXA COM 20 UNIDADES | 272350 | 200 | 100 | 5 | 300 | 0 | 605 | R\$ 30,00 | R\$ 18.150,00 |
| 115 | PRANCHETA PORTÁTIL, MATERIAL ACRÍLICO POLIDO, COMPRIMENTO 340 MM, LARGURA 235 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRENDEDOR DE PAPEL METÁLICO, SUPORTE PARA PENDURA R | Und | 327226 | 200 | 100 | 10 | 100 | 0 | 410 | R\$ 25,98 | R\$ 10.651,80 |
| 116 | TESOURA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO POLIETILENO, COMPRIMENTO 21 CM | Und | 477123 | 30 | 50 | 10 | 100 | 0 | 190 | R\$ 9,35 | R\$ 1.776,50 |
| 117 | FITA ADESIVA EMBALAGEM, MATERIAL POLIPROPILENO, COMPRIMENTO 50 M, LARGURA 50 MM, APLICAÇÃO EMPACOTAMENTO EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRANSPARENTE | Und | 419259 | 30 | 100 | 0 | 150 | 0 | 280 | R\$ 8,90 | R\$ 2.492,00 |
| 118 | QUADRO BRANCO, MATERIAL FÓRMICA BRANCA, ACABAMENTO SUPERFICIAL MOLDURA ALUMÍNIO, LARGURA 90 CM, COMPRIMENTO 120 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SUPORTE PARA APAGADOR, MATERIAL MOLDURA ALUMÍNIO | Und | 464327 | 30 | 10 | 5 | 10 | 0 | 55 | R\$ 245,00 | R\$ 13.475,00 |
| 119 | PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, TIPO CARGA RECARREGÁVEL, COR VERMELHO EMBALAGEM COM 2 UNIDADES | EMBALAGEM C/2 UNIDADES | 244305 | 80 | 50 | 5 | 150 | 0 | 285 | R\$ 13,90 | R\$ 3.961,50 |
| 120 | PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, TIPO CARGA RECARREGÁVEL, COR PRETO EMBALAGEM C/20 UNIDADES | EMBALAGEM C/20 UNIDADES | 244304 | 80 | 50 | 5 | 50 | 0 | 185 | R\$ 136,50 | R\$ 25.252,50 |
| 121 | PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, TIPO CARGA RECARREGÁVEL, COR AZUL EMBALAGEM C/20 UNIDADES | EMBALAGEM C/20 UNIDADES | 244304 | 50 | 50 | 5 | 50 | 0 | 155 | R\$ 136,50 | R\$ 21.157,50 |
| 122 | BATERIA RECARREGÁVEL MODELO: CR-123A , VIDA ÚTIL: 10 ANOS , APLICAÇÃO 1: DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO MARCA ZOLL , SISTEMA ELETROQUÍMICO: LITHIUM , TENSÃO NOMINAL: 3 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONJUNTO DE BATERIAS , CAPACIDADE NOMINAL: 1400 MA | Und | 409660 | 80 | 100 | 0 | 50 | 0 | 230 | R\$ 32,50 | R\$ 7.475,00 |
| 123 | RÉGUA COMUM, MATERIAL PLÁSTICO CRISTAL, COMPRIMENTO 30 CM, GRADUAÇÃO MILIMETRADA, TIPO MATERIAL RÍGIDO, COR TRANSPARENTE | Und | 236471 | 200 | 20 | 10 | 50 | 0 | 280 | R\$ 3,00 | R\$ 840,00 |
| 124 | CÂMERA DIGITAL DE AÇÃO: CAPTURA DE IMAGENS E VÍDEOS EM MOVIMENTO OU EM CONDIÇÕES ADVERSAS (SUBAQUÁTICAS, ALTO IMPACTO, ETC.), RESOLUÇÃO: CAPACIDADE DE VÍDEO 4K, SENSOR DE IMAGEM CMOS, À PROVA D'ÁGUA COM CAIXA ESTANQUE, ESTABILIZAÇÃO DE IMAGEM ELETRÔNICA OU ÓPTICA, CONECTIVIDADE WI-FI E BLUETOOTH, CONTROLE POR VOZ, BATERIA RECARREGÁVEL, COM SUPORTE PARA FIXAÇÃO NO CAPACETE E SUPORTE PARA FIXAÇÃO NO COLETE. (COTA PRINCIPAL). | Und | 618726 | 10 | 5 | 3 | 5 | 0 | 23 | R\$ 3.250,00 | R\$ 74.750,00 |
| 125 | AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (ARP) / VEÍCULO AEREO NÃO TRIPULADO (VANT): QUADRICÓPTERO, ALIMENTAÇÃO: 3 (TRÊS) BATERIAS RECARREGÁVEIS LIPO, CONECTIVIDADE FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO WI-FI ESPECIFICAR 2.4 GHZ, ACOMPANHA CONTROLE REMOTO, COM CÂMERA INTEGRADA, GPS, DETECÇÃO DE OBSTÁCULOS. | Und | 602744 | 0 | 5 | 0 | 5 | 0 | 10 | R\$ 4.991,00 | R\$ 49.910,00 |
| 126 | SINALIZADOR LUMINOSO, MATERIAL/TECNOLOGIA: LED (DIODO EMISSOR DE LUZ), COR DA LUZ: VERMELHA, QUANTIDADE DE LEDS: 54 LEDS, POTÊNCIA: 10 WATTS (W), TENSÃO DE OPERAÇÃO: 12 VOLTS (V) (COMPATÍVEL COM A MAIORIA DOS VEÍCULOS DE PASSEIO E MOTOS), FIXAÇÃO: BASE MAGNÉTICA (COM IMÃ) PARA FIXAÇÃO EM SUPERFÍCIES METÁLICAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PLUG PARA ACENDEADOR DE CIGARROS (TOMADA VEICULAR 12V), GERALMENTE COM CABO ESPIRAL E MÚLTIPLOS EFEITOS DE LUZ (PISCA/ROTATIVO) | Und | 402872 | 20 | 0 | 10 | 50 | 0 | 80 | R\$ 129,98 | R\$ 10.398,40 |
| 127 | GRAMPEADOR MANUAL DE ESTOFADOR: MATERIAL DO CORPO AÇO (OU METÁLICO DE ALTA RESISTÊNCIA), TIPO DE OPERAÇÃO: MANUAL (POR PRESSÃO/ALAVANCA), FIXAÇÃO DE TECIDOS, FORROS, PAPÉIS E MATERIAIS LEVES EM MADEIRA, PARA USO COM GRAMPOS RETO - "U"/PINO "T". ALTURA DO GRAMPO INDICADO: PINOS TIPO T 10 MM, 12 MM E 14 MM; GRAMPOS TIPO U 10 MM E 12 MM, GRAMPOS TIPO RETO 6 MM, 8 MM E 10 MM, LARGURA DO GRAMPO RETO INDICADO: 11,4 MM, ESPESSURA DO ARAME DO GRAMPO INDICADO: 1,2 MM, COM AJUSTE DE PRESSÃO, BASE PARA PINOS/PREGOS (FUNÇÃO PINADOR). | Und | 440632 | 15 | 20 | 55 | 30 | 13 | 133 | R\$ 56,90 | R\$ 7.567,70 |
| 128 | LUVA SEGURANÇA, MATERIAL: FIOS SINTÉTICOS DE POLIAMIDA E REVESTIMENTO PALMAR EM POLIURETANO (PU), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUPERFÍCIE PALMAR ANTIDERRAPANTE, PARA ATIVIDADES QUE DEMANDAM EXCELENTE SENSIBILIDADE TÁTIL. | Und | 604688 | 100 | 30 | 60 | 200 | 132 | 522 | R\$ 9,00 | R\$ 4.698,00 |
| 129 | LUMINÁRIA TIPO REFLETOR DE LED OU PROJETO DE ILUMINAÇÃO LED, MATERIAL DO CORPO: ALUMÍNIO, TIPO DE LÂMPADA/FONTE DE LUZ: LED (DIODO EMISSOR DE LUZ), POTÊNCIA: 500 WATTS (W). TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO (110V/220V), GRAU DE PROTEÇÃO IP65 OU IP66 (RESISTENTE A ÁGUA E POEIRA, IDEAL PARA ÁREAS EXTERNAS), TEMPERATURA DE COR (EX: 6500K - BRANCO FRIO). | Und | 616918 | 100 | 30 | 20 | 50 | 10 | 210 | R\$ 102,99 | R\$ 21.627,90 |
| 130 | ESPELHO: ESPELHO, MATERIAL VIDRO/MOLDURA ALUMÍNIO, DIÂMETRO 50 CM, FORMATO CONVEXO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS HASTE FLEXÍVEL 5 SEÇÕES, COM LANTERNA ACOPLÁVEL, APLICAÇÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA | Und | 339833 | 10 | 0 | 5 | 10 | 5 | 30 | R\$ 190,00 | R\$ 5.700,00 |
| 131 | MEGAFONE: MEGAFONE, MATERIAL PLÁSTICO ABS, TIPO DE MÃO, POTÊNCIA 30 W, VOLTAGEM 12 V, ALCANCE 600 M, FUNÇÕES MÚSICA/GRAVAÇÃO/REPRODUÇÃO | Und | 605860 | 5 | 5 | 7 | 10 | 5 | 32 | R\$ 134,00 | R\$ 4.288,00 |

| | | | | | | | | | | | |
|-----|---|-------------------|--------|----|-----|----|----|----|-----|--------------|---------------|
| 132 | CONJUNTO DE SINALIZAÇÃO SONORA VEICULAR / AMPLIFICADOR E ALTO-FALANTE DE ADVERTÊNCIA VEICULAR: TENSÃO DE OPERAÇÃO: 12 VOLTS (VCC), POTÊNCIA DE SAÍDA: MÍNIMO DE 100 WATTS RMS. PRESSÃO SONORA: MÍNIMO DE 129 DECIBÉIS (DB), TONS: MÍNIMO DE 6 (SEIS) TONS DISTINTOS, INCLUINDO WAIL, YELP, HI-LO, E HORN, COM CENTRAL CONTROLADORA, MATERIAL DA CORNETA: ALUMÍNIO. MATERIAL DA CENTRAL: FERRO (OU METAL DE ALTA RESISTÊNCIA). | Und | 403804 | 10 | 6 | 10 | 10 | 10 | 46 | R\$ 138,56 | R\$ 6.373,76 |
| 133 | CONJUNTO DE SINALIZAÇÃO SONORA VEICULAR / AMPLIFICADOR E ALTO-FALANTE DE ADVERTÊNCIA VEICULAR: TENSÃO DE OPERAÇÃO: 12 VOLTS (VCC), POTÊNCIA DE SAÍDA: MÍNIMO DE 200 WATTS RMS. PRESSÃO SONORA: MÍNIMO DE 129 DECIBÉIS (DB), TONS: MÍNIMO DE 6 (SEIS) TONS DISTINTOS, INCLUINDO WAIL, YELP, HI-LO, E HORN, COM CENTRAL CONTROLADORA, MATERIAL DA CORNETA: ALUMÍNIO. MATERIAL DA CENTRAL: FERRO (OU METAL RESISTENTE). | Und | 403804 | 10 | 6 | 5 | 10 | 10 | 41 | R\$ 490,00 | R\$ 20.090,00 |
| 134 | BAÚ/CASE: CANTONEIRA DE ALUMÍNIO ANODIZADO EM DUPLO “L”, PERFIL DE ALUMÍNIO ANODIZADO TIPO MACHO E FÊMEA COM ENCAIXE EM “U” NO FECHAMENTO DA TAMPA. FECHOS CROMADOS TIPO “BORBOLETA” C/ MOLA TENSORA C/ 2 ESPIRAIS DE CADA LADO P/ MANUTENÇÃO DE TRACIONAMENTO E LACRE, ALÇAS CROMADAS ESTAMPADAS EM AÇO CROMADO PROVIDO DE MOLA TENSORA P/ MOVIMENTAÇÃO À 85ºGRAUS, CANTOS ESTRUTURAIS EM AÇO CROMADO C/ APOIO EM 3 PLANOS MEDINDO 75 X 75 MM C/ DESIGN RETO C/ 6 PONTOS DE FIXAÇÃO, MATA-JUNTAS EM AÇO CROMADO C/ APOIO DE 2 PLANOS À 90º GRAUS, MADEIRA TIPO COMPENSADO EM CEDRO NAVAL IMUNIZADO (À PROVA D’ÁGUA) COM 6 OU 10 MM DE ESPESSURA PARA A ESTRUTURA EXTERNA DO CASE, ACABAMENTO EXTERNO EM LAMINADO PLÁSTICO (FÓRMICA TEXTURIZADA) À PROVA D’ÁGUA, REVESTIMENTO INTERNO EM ESPUMA ETHAFOAM DE ALTA DENSIDADE COR GRAFITE OU CARPETE PRETO, DOBRADIÇA TIPO “PIANO” EM AÇO CROMADO PARA ARTICULAÇÃO NA ABERTURA DA TAMPA, TIRA EM NYLON P/ MANUTENÇÃO DA ABERTURA DA TAMPA À 90º GRAUS, REBITES P/ FIXAÇÕES COM GRANDE RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, RODÍZIOS GIRATÓRIOS 360º GRAUS E FREIOS P/ TRAVAMENTO, DIVISÓRIAS E ENCAIXES INTERNOS, SISTEMA DE EMPILHAMENTO. (COTA PRINCIPAL) | Und | 603635 | 20 | 0 | 8 | 20 | 0 | 48 | R\$ 1.765,00 | R\$ 84.720,00 |
| 135 | INVERSOR DE TENSÃO VEICULAR: CONVERSÃO DE ENERGIA PARA ALIMENTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS AC EM VEÍCULOS, TENSÃO DE ENTRADA 12 VOLTS (VCC), POTÊNCIA DE SAÍDA 1000 WATTS (W) (POTÊNCIA NOMINAL CONTÍNUA), TENSÃO DE SAÍDA 110V AC, ONDA MODIFICADA OU ONDA SENOIDAL PURA, COM PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA, SUPERAQUECIMENTO, INVERSÃO DE POLARIDADE, PORTÁTIL COM CONEXÃO VIA TOMADA 12V (ACENDEDOR DE CIGARROS) OU DIRETAMENTE NA BATERIA. | Und | 486406 | 25 | 10 | 5 | 10 | 10 | 60 | R\$ 480,00 | R\$ 28.800,00 |
| 136 | SINALIZADOR TRÂNSITO: SINALIZADOR TRÂNSITO, MATERIAL CORPO PLÁSTICO RESISTENTE, TIPO BARREIRA HORIZONTAL, COMPRIMENTO 80 CM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RETRÁTIL, PANTOGRÁFICO, COR LARANJA, ALTURA 1,10 M. | Und | 464833 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 10 | R\$ 890,00 | R\$ 8.900,00 |
| 137 | SINALIZADOR TRÂNSITO: SINALIZADOR TRÂNSITO, MATERIAL CORPO POLIETILENO, TIPO BARREIRA PLÁSTICA, COMPRIMENTO 1 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONFORME MODELO DO ÓRGÃO, ALTURA 55 CM, LARGURA 0,50 M. | Und | 457695 | 0 | 0 | 0 | 0 | 32 | 32 | R\$ 769,00 | R\$ 24.608,00 |
| 138 | BÚSSOLA NAVEGAÇÃO: BÚSSOLA NAVEGAÇÃO, MATERIAL ALUMÍNIO, MODELO BRUNTON, TIPO PRECISÃO. | Und | 462134 | 0 | 30 | 40 | 0 | 0 | 70 | R\$ 400,00 | R\$ 28.000,00 |
| 139 | TINTA PINTURA FACIAL: TINTA PINTURA FACIAL, COR VARIADA, TIPO TINTA DE CAMUFLAGEM MILITAR COM ESPELHO CAMUFLAGEM. CARACTERÍSTICAS. | Und | 295674 | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 | 100 | R\$ 57,94 | R\$ 5.794,00 |
| 140 | CORDA: CORDA, MATERIAL POLIPROPILENO, TIPO TRANÇADA, DIÂMETRO 6 MM, PONTO RUPTURA 396KGF, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTENTE AO ATRITO. | Und | 353571 | 0 | 40 | 0 | 0 | 0 | 40 | R\$ 312,21 | R\$ 12.488,40 |
| 141 | CORDA: CORDA, MATERIAL SISAL, TIPO TRANÇADA (3 PERNAS), DIÂMETRO 12 MM 50 METROS. | ROLO C/50 METROS | 485957 | 0 | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 | R\$ 231,00 | R\$ 6.930,00 |
| 142 | BARREIRA PERFURANTE DE PNEUS MÓVEL / DISPOSITIVO PERFURADOR DE PNEUS: MATERIAL EM AÇO, MÓVEL, ACONDICIONADO EM MALETA PRÓPRIA PARA TRANSPORTE, COM MECANISMO DE PINOS PERFURANTES E VAZADOS QUE ESVAZIAM O PNEU RAPIDAMENTE. ACIONAMENTO POR LANÇAMENTO MANUAL OU ATRAVÉS DE CORDA PARA EXTENSÃO NA VIA. | Und | 635916 | 0 | 3 | 5 | 0 | 0 | 8 | R\$ 1.899,74 | R\$ 15.197,92 |
| 143 | CORDA, MATERIAL POLIPROPILENO, TIPO ESTATICA, DIÂMETRO 10 MM, PONTO RUPTURA 2.500 KGF, APLICAÇÃO ESCALADA OU DESCIDA TIPO "RAPPEL" ROLO COM 50 METROS. | ROLO C/ 50 METROS | 231388 | 0 | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 | R\$ 309,00 | R\$ 9.270,00 |
| 144 | CÂMERA DIGITAL DE AÇÃO: CAPTURA DE IMAGENS E VÍDEOS EM MOVIMENTO OU EM CONDIÇÕES ADVERSAS (SUBAQUÁTICAS, ALTO IMPACTO, ETC.), RESOLUÇÃO: CAPACIDADE DE VÍDEO 4K, SENSOR DE IMAGEM CMOS, À PROVA D'ÁGUA COM CAIXA ESTANQUE, ESTABILIZAÇÃO DE IMAGEM ELETRÔNICA OU ÓPTICA, CONECTIVIDADE WI-FI E BLUETOOTH, CONTROLE POR VOZ, BATERIA RECARREGÁVEL, COM SUPORTE PARA FIXAÇÃO NO CAPACETE E SUPORTE PARA FIXAÇÃO NO COLETE. | Und | 618726 | 0 | 10 | 5 | 0 | 0 | 15 | R\$ 3.250,00 | R\$ 48.750,00 |
| 145 | BAÚ/CASE: CANTONEIRA DE ALUMÍNIO ANODIZADO EM DUPLO “L”, PERFIL DE ALUMÍNIO ANODIZADO TIPO MACHO E FÊMEA COM ENCAIXE EM “U” NO FECHAMENTO DA TAMPA. FECHOS CROMADOS TIPO “BORBOLETA” C/ MOLA TENSORA C/ 2 ESPIRAIS DE CADA LADO P/ MANUTENÇÃO DE TRACIONAMENTO E LACRE, ALÇAS CROMADAS ESTAMPADAS EM AÇO CROMADO PROVIDO DE MOLA TENSORA P/ MOVIMENTAÇÃO À 85ºGRAUS, CANTOS ESTRUTURAIS EM AÇO CROMADO C/ APOIO EM 3 PLANOS MEDINDO 75 X 75 MM C/ DESIGN RETO C/ 6 PONTOS DE FIXAÇÃO, MATA-JUNTAS EM AÇO CROMADO C/ APOIO DE 2 PLANOS À 90º GRAUS, MADEIRA TIPO COMPENSADO EM CEDRO NAVAL IMUNIZADO (À PROVA D’ÁGUA) COM 6 OU 10 MM DE ESPESSURA PARA A ESTRUTURA EXTERNA DO CASE, ACABAMENTO EXTERNO EM LAMINADO PLÁSTICO (FÓRMICA TEXTURIZADA) À PROVA D’ÁGUA, REVESTIMENTO INTERNO EM ESPUMA ETHAFOAM DE ALTA DENSIDADE COR GRAFITE OU CARPETE PRETO, DOBRADIÇA TIPO “PIANO” EM AÇO CROMADO PARA ARTICULAÇÃO NA ABERTURA DA TAMPA, TIRA EM NYLON P/ MANUTENÇÃO DA ABERTURA DA TAMPA À 90º GRAUS, REBITES P/ FIXAÇÕES COM GRANDE RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, RODÍZIOS GIRATÓRIOS 360º GRAUS E FREIOS P/ TRAVAMENTO, DIVISÓRIAS E ENCAIXES INTERNOS, SISTEMA DE EMPILHAMENTO. | Und | 603635 | 0 | 20 | 0 | 0 | 0 | 20 | R\$ 1.765,00 | R\$ 35.300,00 |
| 146 | SINALIZADOR TRÂNSITO: SINALIZADOR TRÂNSITO, MATERIAL CORPO PLÁSTICO RESISTENTE, TIPO BARREIRA HORIZONTAL, COMPRIMENTO 80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RETRÁTIL, PANTOGRÁFICO, COR LARANJA, ALTURA 1,10 M (COTA RESERVADA DO ITEM 8) | Und | 464833 | 0 | 0 | 0 | 0 | 20 | 20 | R\$ 890,00 | R\$ 17.800,00 |
| 147 | SINALIZADOR TRÂNSITO: SINALIZADOR TRÂNSITO, MATERIAL CORPO POLIETILENO, TIPO BARREIRA PLÁSTICA, COMPRIMENTO 1 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONFORME MODELO DO ÓRGÃO, ALTURA 55 CM, LARGURA 0,50 M. (COTA RESERVADA DO ITEM 9) | Und | 457695 | 0 | 5 | 0 | 20 | 0 | 25 | R\$ 769,00 | R\$ 19.225,00 |
| 148 | CORDA: CORDA, MATERIAL POLIPROPILENO, TIPO TRANÇADA, DIÂMETRO 6 MM, PONTO RUPTURA 396KGF, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTENTE AO ATRITO (COTA RESERVADA DO ITEM 46) | Und | 353571 | 0 | 50 | 0 | 30 | 0 | 80 | R\$ 312,21 | R\$ 24.976,80 |
| 149 | LONA PLÁSTICA: LONA PLÁSTICA, ESPESSURA 200 MICRA, LARGURA 8 M, COMPRIMENTO 50 M, COR PRETA EBRANCA, APLICAÇÃO COBERTURA E PROTEÇÃO, MATERIAL POLIETILENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DUPLA FACE (COTA RESERVADA DO ITEM 61). | Und | 607702 | 0 | 3 | 10 | 20 | 0 | 33 | R\$ 790,00 | R\$ 26.070,00 |
| 150 | LONA PLÁSTICA: LONA PLÁSTICA, ESPESSURA 150 MICRA MICRA, LARGURA 4 M, COMPRIMENTO 100 M, COR PRETA, MATERIAL PLÁSTICO SINTÉTICO (COTA RESERVADA DO ITEM 62) | Und | 384187 | 0 | 4 | 10 | 20 | 0 | 34 | R\$ 647,99 | R\$ 22.031,66 |
| 151 | BARREIRA PERFURANTE DE PNEUS MÓVEL / DISPOSITIVO PERFURADOR DE PNEUS: MATERIAL EM AÇO, MÓVEL, ACONDICIONADO EM MALETA PRÓPRIA PARA TRANSPORTE, COM MECANISMO DE PINOS PERFURANTES E VAZADOS QUE ESVAZIAM O PNEU RAPIDAMENTE. ACIONAMENTO POR LANÇAMENTO MANUAL OU ATRAVÉS DE CORDA PARA EXTENSÃO NA VIA. (COTA RESERVADA DO ITEM 67). | Und | 635916 | 0 | 0 | 0 | 5 | 5 | 10 | R\$ 1.899,74 | R\$ 18.997,40 |
| 152 | CÂMERA DIGITAL DE AÇÃO: CAPTURA DE IMAGENS E VÍDEOS EM MOVIMENTO OU EM CONDIÇÕES ADVERSAS (SUBAQUÁTICAS, ALTO IMPACTO, ETC.), RESOLUÇÃO: CAPACIDADE DE VÍDEO 4K, SENSOR DE IMAGEM CMOS, À PROVA D'ÁGUA COM CAIXA ESTANQUE, ESTABILIZAÇÃO DE IMAGEM ELETRÔNICA OU ÓPTICA, CONECTIVIDADE WI-FI E BLUETOOTH, CONTROLE POR VOZ, BATERIA RECARREGÁVEL, COM SUPORTE PARA FIXAÇÃO NO CAPACETE E SUPORTE PARA FIXAÇÃO NO COLETE. (COTA RESERVADA DO ITEM 124). | Und | 618726 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 5 | R\$ 3.250,00 | R\$ 16.250,00 |

| | | | | | | | | | | | |
|-------|--|-----|--------|---|---|---|---|----|----|------------------|---------------|
| 153 | BAÚ/CASE: CANTONEIRA DE ALUMÍNIO ANODIZADO EM DUPLO “L”, PERFIL DE ALUMÍNIO ANODIZADO TIPO MACHO E FÊMEA COM ENCAIXE EM “U” NO FECHAMENTO DA TAMPA. FECHOS CROMADOS TIPO “BORBOLETA” C/ MOLA TENSORA C/ 2 ESPIRAIS DE CADA LADO P/ MANUTENÇÃO DE TRACIONAMENTO E LACRE, ALÇAS CROMADAS ESTAMPADAS EM AÇO CROMADO PROVIDO DE MOLA TENSORA P/ MOVIMENTAÇÃO À 85ºGRAUS, CANTOS ESTRUTURAIS EM AÇO CROMADO C/ APOIO EM 3 PLANOS MEDINDO 75 X 75 MM C/ DESIGN RETO C/ 6 PONTOS DE FIXAÇÃO, MATA-JUNTAS EM AÇO CROMADO C/ APOIO DE 2 PLANOS À 90º GRAUS, MADEIRA TIPO COMPENSADO EM CEDRO NAVAL IMUNIZADO (À PROVA D’ÁGUA) COM 6 OU 10 MM DE ESPESSURA PARA A ESTRUTURA EXTERNA DO CASE, ACABAMENTO EXTERNO EM LAMINADO PLÁSTICO (FÓRMICA TEXTURIZADA) À PROVA D’ÁGUA, REVESTIMENTO INTERNO EM ESPUMA ETHAFOAM DE ALTA DENSIDADE COR GRAFITE OU CARPETE PRETO, DOBRADIÇA TIPO “PIANO” EM AÇO CROMADO PARA ARTICULAÇÃO NA ABERTURA DA TAMPA, TIRA EM NYLON P/ MANUTENÇÃO DA ABERTURA DA TAMPA À 90º GRAUS, REBITES P/ FIXAÇÕES COM GRANDE RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, RODIZIOS GIRATÓRIOS 360º GRAUS E FREIOS P/ TRAVAMENTO, DIVISÓRIAS E ENCAIXES INTERNOS, SISTEMA DE EMPILHAMENTO. (COTA RESERVADA DO ITEM 134). | Und | 603635 | 0 | 6 | 0 | 0 | 10 | 16 | R\$ 1.765,00 | R\$ 28.240,00 |
| TOTAL | | | | | | | | | | R\$ 3.422.364,79 | |

MEX-17 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO**Estudo Técnico Preliminar 10/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64686.009806/2025-41

2. Objeto

2.1. Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar eventual aquisição de material de consumo/permanente para emprego em Operações da Garantia da Lei e da Ordem(GLO), visando atender as necessidades do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado e GCALC da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, identificando e analisando os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda - DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

3. Referência Legal

3.1. Aplicam-se à contratação proposta, os seguintes marcos normativos:

3.1.1. **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

3.1.2. **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021**, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

3.1.3. Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar n.º 155 /2016 - Institui o Estatuto Nacional da Micro empresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n.º 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, da Lei n.º 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n.º 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n.º 9.317, de 05 de dezembro de 1996, e 9.841, de 05 de outubro de 1999;

3.1.4. Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as micro empresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, micro empreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

3.1.5. Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

3.1.6. Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, este Decreto regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços - SRP para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

3.1.7. Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

3.1.8. Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010 - SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

3.1.9. Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 11 de outubro de 2010, que estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;

3.1.10. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;

4. Descrição da necessidade

4.1. A aquisição de material de consumo/permanente para emprego em Operações da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), visando atender as necessidades do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado GCALC da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.

4.2. A aquisição de material de consumo e permanente para emprego em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) faz-se necessária com a finalidade de proporcionar melhores condições de trabalho e de prontidão operacional nas dependências das unidades administrativas e operacionais vinculadas ao 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado e ao GCALC da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. Tais materiais são indispensáveis para assegurar o adequado preparo, coordenação e execução das missões atribuídas, garantindo suporte logístico eficiente, segurança à tropa e cumprimento das diretrizes estabelecidas pelos escalões superiores.

4.3. Durante todo o período de instrução, adestramento e atividades operacionais desta Organização Militar, é contínuo o consumo de materiais, bem como recorrente a necessidade de emprego imediato desses itens em situações inerentes às Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Incidentes, acionamentos emergenciais e demandas específicas dessas operações implicam desgaste ou reposição de materiais de consumo, além da utilização intensiva de materiais permanentes. Dessa forma, torna-se imprescindível a aquisição de material de consumo/permanente, visando não apenas à manutenção das atividades rotineiras da OM, mas também à ampliação e ao fortalecimento da capacidade operacional do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado e do GCALC da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada no cumprimento eficaz de suas missões institucionais.

4.4. Vale a pena salientar que a preservação do patrimônio público é crucial por vários motivos, abrangendo aspectos sociais, culturais, econômicos e históricos. Ela garante a continuidade de serviços essenciais, fortalece a identidade cultural, promove o desenvolvimento econômico e evita prejuízos aos cofres públicos. Esse zelo é de responsabilidade de todos nós.

4.5. Os quantitativos previstos foram estimados com base na expectativa média de consumo (relatório de consumo do SISCOFIS que se encontra anexo), para fins de atendimento à necessidade atual da estrutura da unidade do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

5. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|-------------------|--|
| Almoxarifado | MATHEUS DE OLIVEIRA FERNANDES - 1º Tenente |

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

6.1.1. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

6.1.2. Para o fornecimento dos materiais, objeto deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto n.º 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

6.1.3. A contratada deverá entregar o material, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;

6.1.4. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

6.1.5. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.1.6. A proposta da contratada deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal. Deverá ainda conter a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento;

6.1.7. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

6.1.8. A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

6.1.9. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

7. Levantamento de Mercado

7.1. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

7.2. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

7.3. Logo, a aquisição dos materiais, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, constitui-se, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. A solução proposta envolve a aquisição de material de consumo/permanente para emprego em Operações da Garantia da Lei e da Ordem(GLO), para fins de atendimento às necessidades institucionais, com o fim de suprir as demandas correntes, possibilitando o adequado funcionamento das atividades do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado e GCALC da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada

8.2. Assim, a Administração transfere à empresa, vencedora da licitação, a atribuição de fornecer os itens e suas respectivas quantidades conforme TABELA ANEXO;

8.3. A empresa vencedora se qualificará mediante procedimento licitatório com o menor formalismo e cujo tempo necessária para processamento seja o menor possível, sob pena de prejudicar sobremaneira o interesse público primário ora tutelado.

8.4. Após a assinatura da ATA de Registro de Preço, as empresas estarão aptas a fornecerem os seus respectivos materiais mediante nota de empenho emitida por esta Unidade Gestora. A entrega dos materiais será no seguintes endereços:

8.4.1. 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado – 17º R C Mec

Rua Gen. Osório, s/n – Bairro Panduí – Amambai – MS – CEP: 79992-200, de segunda-feira à quinta-feira, das 08:00h - 12:00h / 13:30h - 17:00h e na sexta-feira das 08:00h - 12:00h (horário local).

8.4.2. Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – 4º Bda C Mec

Avenida Guaicurus, nº 8000 – Caixa Postal 558 – CEP: 79823-900 – Dourados – MS, de segunda-feira à quinta-feira, das 08:00h - 12:00h / 13:30h - 17:00h e na sexta-feira das 08:00h - 12:00h (horário local).

8.4.3. 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada – 4ª Cia Eng Cmb Mec

Rua Ten Ary Rodrigues, nº 252 – Centro – Jardim – MS – CEP: 79240-000, de segunda-feira à quinta-feira, das 08:00h - 12:00h / 13:30h - 17:00h e na sexta-feira das 08:00h - 12:00h (horário local).

8.4.4. 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado – 10º R C Mec

Praça Cmt Pedro Rufino, nº 627 – Centro – Bela Vista – MS – CEP: 79260-000, de segunda-feira à quinta-feira, das 08:00h - 12:00h / 13:30h - 17:00h e na sexta-feira das 08:00h - 12:00h (horário local).

8.4.5. 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado – 11º R C Mec

Praça Duque de Caxias, s/n – Centro – Ponta Porã – MS – CEP: 79904-690, de segunda-feira à quinta-feira, das 08:00h - 12:00h / 13:30h - 17:00h e na sexta-feira das 08:00h - 12:00h (horário local).

8.5. No mais, essa solução envolvem setores como: almoxarifado, salc, tesouraria, como também, as empresas vencedoras do certame. Logo, para que os benefícios deste pregão possam gerar benefícios ao Regimento, as partes integrantes do processo devem se empenhar nas suas atribuições de modo positivo. Neste sentido, a solução será efetiva.

8.6. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. A estimativa das quantidade foram levantadas, levando-se em consideração os seguintes parâmetros:

- i. O histórico de consumo dos últimos 12 (doze) meses, provenientes de contratos pactuados no período, para atendimento às respectivas unidades (relatórios de consumo do SISCOFIS 16 e 27 anexos);
- ii. Sazonalidades conhecidas ou períodos com grande variação das quantidades demandadas;
- iii. Consulta a outros órgãos da Administração com perfil, necessidades ou demandas semelhantes para uma comparação;

9.2. As estimativas de consumo individualizadas, encontram-se consignadas na tabela constante anexo Estudo Técnico Preliminar, conforme mencionado no item 8.2..

10. Estimativa do Valor da Contratação

10.1. Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas no seguinte normativo:

- i. Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021;

10.2. O custo estimada da contratação é de **RS\$3.422.364,79** (três milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos.), e encontra-se pormenorizado em planilha demonstrativa de preços unitários e totais acostada aos autos do processo.

10.3. Da metodologia aplicada à política de preços:

10.3.1. De acordo com a Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021, a qual dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a pesquisa de preços:

[...]

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como PAINEL DE PREÇOS ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das

notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os bens podem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

11.2. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda poderá ser parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. A contratação, objeto do presente estudo técnico preliminar, está alinhada com os programas de âmbito federal e objetivos e metas estratégicas do 17º RC Mec, constantes no PCA, consignados nos pontos a seguir:

13.1.2. Fatores Críticos de Sucesso

I. Boas condições de trabalho com locais adequadamente iluminados e ventilados, móveis que ofereçam conforto mínimo necessário, ausência (sempre que possível) de barulho e outros perturbadores do gênero, máquinas e equipamentos modernos e em boas condições, material de uso de boa qualidade, sistemas informatizados de apoio administrativo e recursos de comunicação (conectividade: telefone, internet, videoconferência).

13.2. Esta contratação também encontra-se alinhada com o PLS (Plano Diretor de Logística Sustentável), 2024/2027, desta Organização Militar (anexo).

13.2. Os itens e as quantidades constantes nos DFDs - Documento de Formalização da Demanda - serviram de base para o início desta contratação. Entretanto, com o passar do tempo, essas necessidades sofreram alterações das quais implicaram em uma nova demanda (item 8.2.), com alguns itens e quantidades diferentes das previstas inicialmente.

13.3. Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2025, em conformidade com às disposições do art. 2º, da Instrução Normativa n.º 1, de 10 de janeiro de 2019, consignado no relatório extraído do sistema PGC.

14. Resultados Pretendidos

14.1. Com esta contratação, pretende-se assegurar a melhoria das condições de trabalho, visando garantir maior segurança aos servidores, colaboradores e visitantes nas dependências das unidades do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

14.2. Com a presente contratação a instituição almeja, ainda, alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:

- i. Economia no valor da contratação em função do ganho de escala da compra centralizada;
- ii. Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;
- iii. Aumento na eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na execução das atividades administrativas;
- iv. Maximização dos resultados da governança administrativa;
- v. Favorecimento da qualidade de vida saúde e segurança do quadro de colaboradores;
- vi. Aumento de credibilidade para a instituição entre os servidores, discentes, colaboradores terceirizados; etc.

14.3. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Elaborar cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

15.1.1. Não configura-se necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da execução do objeto.

15.2. Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização da execução do objeto de acordo com as especificidades estabelecidas:

15.2.1. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação constante de servidores.

15.2.2. Cumpre ressaltar que o EB oferece cursos de capacitação para fiscais e gestores de contratos, promovidos anualmente, tanto por parte de profissional externo à instituição, quanto por parte de iniciativa da Coordenação de Fiscalização de Contratos, e que esse aprimoramento por parte dos servidores é imprescindível para a melhoria do controle dos serviços.

15.3. Juntar o cronograma ao processo e incluir, no mapa de riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não corram a tempo:

15.3.1. Considerando todo o exposto, não há risco da contratação falhar em relação a adequações do ambiente do organização, pois tais adequações não são necessárias.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução

Normativa nº 1/2020 da SLTI/MPOG e de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis -DECOR/CGU/AGU, 2024; as empresas devem se atentar aos critérios de sustentabilidade, conforme mencionado acima e nas seguintes normas:

- **Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010** — dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental para aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal, obrigando que as especificações incluam sustentabilidade no ciclo de vida (extração, uso, descarte) sem frustrar a competitividade.
- **Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)** — o Guia da AGU (6ª edição) incorpora adaptações exigidas por essa lei, de modo que os critérios sustentáveis devem estar compatíveis com essa nova norma.
- **Parecer 01/2021 / CNS / CGU / AGU** — determina que órgãos e entidades da Administração Pública devem adotar os critérios e práticas de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, sob pena de justificativa nos autos quando não for possível adotá-los.
- **Instrução Normativa SEGES nº 58/2022** — para o planejamento da contratação (ETP, estudo técnico preliminar) exige expressamente que sejam **previstos critérios e práticas de sustentabilidade** nas contratações.

17. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

17.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições


Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no item VII, ou seja, da aquisição de material de consumo/permanente para emprego em Operações da Garantia da Lei e da Ordem(GLO), demonstra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

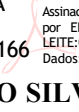
18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **MATHEUS DE OLIVEIRA FERNANDES**
Data: 23/04/2026 14:52:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MATHEUS DE OLIVEIRA FERNANDES
chefe do almox

MIQUEIAS ANDRADE
 Assinado de forma digital por
MIQUEIAS ANDRADE
SILVA:07629616511
Dados: 2026.04.23 11:51:46-0300
SILVA:07629616511
MIQUEIAS ANDRADE SILVA
Equipe de apoio

EDUARDO SILVA
 Assinado de forma digital
por EDUARDO SILVA
LEITE:07306519166
Dados:2026.04.23 3:44:090300'
EDUARDO SILVA LEITE
Equipe de apoio

MEX-17 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

Ata de Registro de Preços 68/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG

68/2025

Editado por

160131-MEX-17 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO JONATHAN MEDINA RAMOS

Atualizado em

18/05/2026 12:39 (v 0.7)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

64686.009806/2025-41

1. DO OBJETO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO
(9º Regimento de Cavalaria Ligeira/1888)
REGIMENTO SOLON RIBEIRO

Processo Administrativo nº 64686.009806/2025-41

Minuta da Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado, com sede na Avenida General Osório, S/N, na cidade de Amambai, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.579.927/0001-00, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas PEDRO AUGUSTO DA CAS PORTO, nomeado pela Portaria nº 730 Cmt Ex de 23 de maio de 2024, publicada no DOU nº 100 de 24 de maio de 2024, portador da matrícula funcional nº 0130288947, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90012/2025, processo administrativo nº 64686.009806/2025-41, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material de consumo /permanente para emprego em Operações da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para atender às necessidades do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado e da GCAL da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada., especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação nº 90012/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| | | | | | | | | |
|--------------------------|--|--|---|---------|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------------------|
| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> | | | | | | | |
| X | Especificação | Marca <i>(se exigida no edital)</i> | Modelo <i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado, UASG: 16031, Rua General Osorio, s/n, Vila Jardim Panduí, Amambai - MS, CEP: 799922-00, e-mail: salc17rcmec@gmail.com, horário de entrega: de segunda-feira à quinta-feira, das 08:00 - 12:00h / 13:30 - 17:00h e na sexta-feira, das 08:--h - 12:00h (horário local).

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços;

3.2.1. Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – 4º Bda C Mec, UASG: 160149, Avenida Guaicurus, nr 8000, Dourados-MS, CEP: 79823-900, horário de entrega: de segunda-feira à quinta-feira, das 08:00 - 12:00h / 13:30 - 17:00h e na sexta-feira, das 08:--h - 12:00h (horário local).

3.2.2. 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada – 4ª Cia Eng Cmb Mec Rua Ten Ary Rodrigues, nº 252 – Centro – Jardim – MS – CEP: 79240-000, de segunda-feira à quinta-feira, das 08: 00h - 12:00h / 13:30h -17:00h e na sexta-feira das 08:00h - 12:00h (horário local).

3.2.3. 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado – 10º R C Mec Praça Cmt Pedro Rufino, nº 627 – Centro – Bela Vista – MS – CEP: 79260-000, de segunda-feira à quinta-feira, das 08:00h - 12:00h / 13:30h - 17:00h e na sexta-feira das 08:00h - 12:00h (horário local).

3.2.4. 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado – 11º R C Mec Praça Duque de Caxias, s/n – Centro – Ponta Porã – MS – CEP: 79904-690, de segunda-feira à quinta-feira, das 08: 00h - 12:00h / 13:30h- 17:00h e na sexta-feira das 08: 00h - 12:00h (horário local).

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Amambai - MS xx de xxxxx de 2026.

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| | | | | | | | | |
|------------------|--|--|---|---------|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------------------|
| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> | | | | | | | |
| X | Especificação | Marca <i>(se exigida no edital)</i> | Modelo <i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| | | | | | | | | |
|------------|--|--|--|--|--|--|--|--|
| Item do | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> | | | | | | | |
|------------|--|--|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | | |
|----|---------------|--|---|---------|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------------------|
| TR | | | | | | | | |
| X | Especificação | Marca <i>(se exigida no edital)</i> | Modelo <i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO AUGUSTO DA CAS PORTO
Autoridade competente